

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A Administração coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para eventuais esclarecimentos complementares.

de dezembro de 2015. A Administração coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para eventuais esclarecimentos complementares.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)							
Ativo	Nota explicativa	2015	2014	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2015	2014
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.228	15.601	Fornecedores	15	5.288	7.409
Aplicação financeira	6	14.857	-	Empréstimos e financiamentos	16	305.833	155.516
Contas a receber de clientes	7	43.655	41.116	Salários, provisões e contribuições sociais a pagar	17	3.264	4.253
Estoques	8	49.404	53.774	Impostos e contribuições a recolher	17	5.697	3.748
Impostos a recuperar	9	70.377	10.161	Dividendos a pagar	11	5.867	6.750
Dividendos a receber de controladas	11	13.405	7.750	Partes relacionadas	11	67.242	54.329
Investimento destinado à venda	30	-	4.012	Outras obrigações		17.494	28.029
Despesas antecipadas		587	1.328	Total do passivo circulante		410.685	260.034
Outros créditos		4.177	9.891	Não Circulante			
Total do ativo circulante		221.690	143.633	Empréstimos e financiamentos	16	-	194.104
Não Circulante				Parcelamento de tributos	18	2.478	3.233
Partes relacionadas	11	196.377	199.505	Partes relacionadas	11	98.136	48.306
Depósitos judiciais	18	8.396	9.271	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	13.782	20.980
Contas a receber de clientes	7	209	92	Total do passivo não circulante		114.396	266.623
Impostos a recuperar	9	189	11	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)			
Despesas antecipadas		1.097	-	Capital social	19.a)	172.786	172.786
Outros créditos		19.534	1.083	Reserva de capital		34.641	28.568
Investimentos	12	102.887	72.829	Reserva legal		5.030	5.030
Imobilizado	13	79.884	73.337	Ajustes de avaliação patrimonial		(12.378)	(589)
Intangível	14	7.352	6.370	Prejuízos acumulados		(87.545)	(226.321)
Total do ativo não circulante		415.925	362.498	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		112.534	(20.526)
Total do Ativo		637.615	506.131	Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		637.615	506.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014				
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) do exercício por ação)				
	Nota explicativa	2015	2014	
			(reapresentado)	
Operações Continuadas				
Receita Operacional Líquida		22	187.438	243.992
Custo dos Produtos Vendidos		23	(157.168)	(202.230)
Lucro Bruto			30.270	41.762
Receitas (Despesas) Operacionais				
Com vendas		23	(19.662)	(23.795)
Gerais e administrativas				(14.151)
Resultado de equivalência patrimonial		12	48.342	15.935
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		24	9.526	(9.774)
Lucro Operacional e antes do Resultado Financeiro			56.589	9.977
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras		25	34.062	12.587
Despesas financeiras		25	(82.822)	(62.749)
Variação cambial, líquida		26	141.384	9.398
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			149.213	(30.787)
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Diferidos	10.a)		230	(39.359)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Proveniente das Operações Continuadas			149.443	(70.146)
Resultado da Operação Descontinuada				
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		30	(5.615)	(57.005)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício por Ação - R\$			143.828	(127.151)
Total:				
Básico e diluído		28	0,056	(0,049)
Operações continuadas-				
Básico e diluído		28	0,058	(0,027)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE				
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota explicativa	2015	2014	
			(reapresentado)	
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício			143.828	(127.151)
Outros Resultados Abrangentes				
Item que não será reclassificado subsequentemente para o resultado				
Efeito de mudança de premissas atuariais, líquido de impostos			446	92
Item que será reclassificado subsequentemente para o resultado				
Perda na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior		12	(10.842)	(5.563)
Itens reclassificados para o resultado:				
Valor justo de "hedge" de fluxo de caixa realizado, líquido de impostos	20.i)	-	-	13.188
Ganho cambial de mútuos com controlada no exterior, líquido de impostos				8.807
Ganho na conversão de demonstrações financeiras de controlada no exterior (operação descontinuada)	30	-	(37.690)	(16.415)
Total dos outros resultados abrangentes			(10.396)	(21.886)
Resultado Abrangente Total do Exercício			133.432	(149.037)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota explicativa	2015	2014	
			(reapresentado)	

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	2015	2014	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2015	2014
			(reapresentado)				(reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício proveniente das operações continuadas		149.443	(70.146)	Impostos e contribuições a recolher		1.194	(1.916)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício proveniente das operações continuadas com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				Salários, provisões e contribuições sociais a pagar		(989)	(7.759)
Depreciações e amortizações	13 e 14	10.963	19.268	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(11.779)	(23.294)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	4.581	11.389	Outras obrigações		(10.535)	7.414
Passivo atuarial de planos de pensão e benefícios pós-emprego	21	676	9	Caixa Aplicado nas Operações		(50.454)	(48.260)
Provisão para perdas de estoques	8	6	806	Recebimento (pagamento) de operações com instrumentos financeiros derivativos		129.648	(15.285)
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(2.287)	1.397	Amortização de empréstimos e financiamentos - juros		(11.169)	(15.814)
Reversão de provisão para perdas do imobilizado	13	-	(557)	Caixa Líquido Gerado pelas (aplicado nas) Atividades Operacionais		68.025	(79.359)
(Reversão) provisão para impostos a recuperar	9	(89)	86	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado		(337)	659	Caixa e equivalentes de caixa reclassificado para aplicação financeira	6	(14.857)	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		6.210	69.644	Recebimento por venda de bens do ativo imobilizado		2.747	9
Juros e variação cambial sobre mútuos com partes relacionadas				Caixa e equivalentes de caixa cindidos	1.b)	-	(2.130)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(75.543)	(26.180)	Aquisição de imobilizado e intangível	13 e 14	(22.505)	(8.066)
Ganho e atualização monetária com processo tributário		(27.647)	-	Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento		(34.615)	(10.187)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a)	(230)	39.359	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Redução (aumento) nos Ativos Operacionais:				Dividendos pagos	19.c)	(883)	-
Contas a receber de clientes		(369)	(13.277)	Dividendos recebidos de controladas		167.305	273.659
Estoques		4.364	(17.743)	Captação de empréstimos e financiamentos		(335.781)	(445.475)
Despesas antecipadas		(32.658)	7.785	Amortização de empréstimos e financiamentos - principal		100.995	136.742
Outros créditos		(356)	2.712	Recebimentos de mútuos concedidos a partes relacionadas		67.651	102.184
Depósitos judiciais		(12.737)	(8.924)	Amortização de mútuos obtidos de partes relacionadas		(23.070)	(12.160)
Partes relacionadas		(2.747)	2.801	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(23.783)	57.175
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		9.627	(32.371)
Fornecedores		(2.121)	(19.603)	Caixa e Equivalentes de Caixa			
				Saldo no início do exercício	5	15.601	47.972
				Saldo no fim do exercício	5	25.228	15.601
				Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		9.627	(32.371)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Disposições gerais

A Santista Work Solution S.A. ("Companhia"), nova denominação da Tavex Brasil S.A., tem por objeto social o processamento de algodão, a fiação, a tecelagem e o acabamento de tecidos profissionais (segmento "work") para os mais diversos segmentos, tais como alimentício, automotivo, comércio em geral, construção civil, energia, hospitalar, hotelaria e segurança, entre outros; a comercialização, importação e exportação desses produtos e suas matérias-primas, bem como o negócio de confecções e demais atividades correlatas; a prestação de serviços; a locação de bens móveis e imóveis de sua propriedade; e a participação em outras sociedades.

Conforme mencionado no item b) a seguir, a reorganização societária concluída, em 2014 marca o reposicionamento estratégico da Companhia e maior dedicação a este segmento.

A Companhia e seu acionista Camargo Corrêa vêm conduzindo um processo constante de revisão de suas operações devido à evolução da situação econômica do mercado têxtil no Brasil e no mundo. A Administração da Companhia e de sua controladora revisou o plano de negócios para os próximos exercícios, para adaptá-lo às circunstâncias atuais e previstas para os mercados em que a Companhia opera, e acredita que as operações para os próximos exercícios indicam rentabilidade necessária para continuar mantendo suas operações. Uma das ações realizadas foi a venda do investimento da controlada Tavemex - México (vide detalhes na nota explicativa nº 1.c). Adicionalmente, em nível de grupo, a Administração está tomando medidas oportunas para poder cumprir com o calendário de renovação da dívida de curto prazo e continuar obtendo o apoio financeiro necessário para financiar suas operações através de seu acionista controlador final Camargo Corrêa.

Ressaltamos que a Companhia tem apresentado nos últimos anos uma melhora nos indicadores operacionais fazendo com que o acionista controlador final Camargo Corrêa continue considerando o Grupo Tavex como um investimento estratégico para o seu portfólio de negócios no Brasil. Corroborando em essa estratégia a conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Camargo Corrêa é garantidora dos empréstimos tomados com instituições financeiras.

A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, tendo como principal acionista o Grupo Tavex S.A. ("Grupo Tavex"), sediada na Espanha, controladora do Grupo Camargo Corrêa.

b) Reorganização societária

Em 1º de março de 2014, a controladora direta da Companhia, Santista Participações S.A. ("Santista Participações"), nova denominação da Tavex Brasil Participações S.A., concluiu um processo de reestruturação societária que compreendeu:

- A cisão parcial do patrimônio líquido da Santista Work Solution S.A. ("Santista Work"), nova denominação da Tavex Brasil S.A., então subsidiária integral da Santista Participações.
- A integralização do ativo líquido cindido da Santista Work Solution S.A. pela Santista Jeanswear S.A., nova denominação da Tavex Indústria Têxtil S.A., subsidiária integral da Santista Participações. A parcela cindida dos ativos e passivos foi como segue:

	R\$
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.130
Contas a receber de clientes	99.447
Estoques	82.394
Impostos a recuperar	3.900
Despesas antecipadas	976
Outros créditos	1.970
Total do ativo circulante	190.817
Não Circulante	
Partes relacionadas	99.130
Impostos a recuperar	1.881
Imobilizado	134.355
Intangível	8.827
Total do ativo não circulante	244.193
Total do Ativo	435.010
Passivo e Patrimônio Líquido	
Circulante	
Empréstimos e financiamentos	398.189
Salários, provisões e contribuições sociais a pagar	9.474
Outras obrigações	3.263
Total do passivo circulante	410.926
Não Circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.190
Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego	1.622
Total do passivo não circulante	3.812
Patrimônio Líquido (Acervo Líquido)	
Capital social	10.500
Ajustes de avaliação patrimonial	9.772
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	435.010

c) Investimento destinado à venda

Em dezembro de 2014, em Reunião de Diretoria, foi aprovada a alienação do investimento direto detido pela Companhia na Tavemex S.A. ("Tavemex"), localizada no México, a qual atua no mesmo segmento da Companhia. Em abril de 2015, a Companhia concluiu a alienação, da integralidade de sua participação acionária na Tavemex.

Os efeitos da operação descontinuada refletida no balanço patrimonial e no resultado do exercício estão demonstrados na nota explicativa nº 30.

2. BASES DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.162/09, a Companhia decidiu não aplicar a demonstração de balanço de valor adicionado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado avaliados pelo custo atribuído, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados, sendo as principais as seguintes:

a) Consolidação e investimentos em controladas

Consolidação das demonstrações financeiras

A Companhia, conforme disposto no item 4 do pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, não está apresentando suas demonstrações consolidadas devido ao fato de que a sua controladora Santista Participações S.A. está divulgando, em última instância, suas demonstrações financeiras consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado avaliados pelo custo atribuído, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Investimento em controlada

Nas demonstrações financeiras da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, conforme detalhes demonstrados na nota explicativa nº 12.

b) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos aos compradores e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico que a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações estão apresentadas em reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação.

d) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, no qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

f) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é calculada considerando-se a avaliação individual dos créditos, e a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de perdas prováveis na realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 7.

g) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor líquido de negociação e das eventuais perdas, quando aplicável. Para os itens considerados obsoletos, ou de giro baixo, é constituída provisão para obsolescência, considerando sua futura realização.

(ii) Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são representados por empréstimos e financiamentos bancários, contas a pagar a fornecedores e saldos a pagar a partes relacionadas.

Compensação de instrumentos financeiros Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, quando não designados em uma contabilidade de "hedge". Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos não são registrados nos balanços patrimoniais. Os resultados líquidos não realizados dessas operações, apurados pelos valores justos de mercado, são registrados no resultado pelo regime de competência, tendo como contrapartida as contas do ativo e passivo circulantes.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela área de Tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB As novas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e que ainda não estão em vigor são:

- Modificações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Iniciativa de Divulgação - Melhorias no que tange à aplicação do conceito de materialidade na prática, (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2016).
- Modificações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceleráveis - permite as empresas de usarem o método de depreciação com base na receita para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa relutante de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2016).
- Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 - Mudanças à IFRS 5 - situações de mantido para venda ou distribuição; IFRS 7 - clarificação sobre se um contrato de serviço representa envolvimento contínuo em um ativo transferido; e IAS 9 - considerações sobre a taxa de desconto do benefício pós-emprego - IFRS 5 - as alterações esclarecem que essa mudança deve ser considerada com uma continuidade do plano original de alienação e, portanto, as exigências previstas na IFRS 5 com relação à alteração do plano de venda não são aplicáveis; IFRS 7 - as alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos; IAS 9 - as alterações à IAS 19 permitem que a taxa utilizada para desconto de obrigações do benefício pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no fim do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2016).
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017).
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil - Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo a IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019).

A Administração da Companhia está avaliando essas novas IFRSs e os impactos dos pronunciamentos mencionados anteriormente e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Até a presente data não foram mensurados os efeitos.

Não existem outros pronunciamentos e interpretações emitidos e ainda não adotados que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS EM VIRTUDE DE RECLASSIFICAÇÃO DE ANOS ANTERIORES Visando à melhor apresentação e comparabilidade entre os exercícios, foram efetuadas determinadas reclassificações no balanço patrimonial de 31 de dezembro e em 1º de janeiro de 2014, sendo:

• Saldo de empréstimos e financiamento - convênio de aquisição de crédito de fornecedores, referente às transações sob a modalidade de "confirming", conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

• Saldo a pagar a partes relacionadas (ativos) Os impactos no ativo, passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e em 1º de janeiro de 2014, na demonstração do resultado e nos fluxos de caixa referentes ao exercício de 2014, em virtude dessas reclassificações, são como segue:

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro e 1º de Janeiro de 2014 (em milhares de reais - R\$)

Ativo	31/12/14		01/01/14	
	Original	Ajustes	Reapresentado	Reapresentado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	15.601	-	15.601	47.972
Contas a receber de clientes	41.116	-	41.116	128.227
Estoques	53.774	-	53.774	119.231
Impostos a recuperar	10.161	-	10.161	16.608
Dividendos a receber de controladas	7.750	-	7.750	4.469
Investimento destinado à venda	4.012	-	4.012	-
Despesas antecipadas	1.328	-	1.328	3.016
Outros créditos	9.891	-	9.891	3.489
Total do Ativo Circulante	143.633	-	143.633	323.012
Não Circulante				
Partes relacionadas	199.505	-	199.505	403.669
Depósitos judiciais	9.271	-	9.271	10.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	44.011
Contas a receber de clientes	92	-	92	548
Impostos a recuperar	11	-	11	2.216
Outros créditos	1.083	-	1.083	531
Investimentos	72.829	-	72.829	159.938
Imobilizado	73.337	-	73.337	218.547
Intangível	6.370	-	6.370	15.655
Total do Ativo não Circulante	362.498	-	362.498	855.131
Total do Ativo	506.131	-	506.131	1.178.143

Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

Ativo	31/12/14		01/01/14	
	Original	Ajustes	Reapresentado	Reapresentado
Circulante				
Fornecedores	10.433	(3.024)	7.409	65.765
Empréstimos e financiamentos	152.492	3.024	155.516	680.905
Salários, provisões e contribuições sociais a pagar	4.253	-	4.253	21.486
Impostos e contribuições a recolher	3.748	-	3.748	4.720
Dividendos a pagar	6.750	-	6.750	6.750
Partes relacionadas	102.635	(48.306)	54.329	4.358
Partes relacionadas	28.029	-	28.029	2.878
Total do Passivo Circulante	308.340	(48.306)	260.034	807.862
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	194.104	-	194.104	181.404
Parcelamento de tributos	3.233	-	3.233	4.177
Partes relacionadas	-	-	-	48.306
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.980	-	20.980	32.885
Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego	-	-	-	1.754
Total do Passivo não Circulante	218.317	48.306	266.623	220.220

Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

Ativo	31/12/14		01/01/14	
	Original	Ajustes	Reapresentado	Reapresentado
Capital social	172.786	-	172.786	183.286
Reserva de capital	28.568	-	28.568	20.491
Reservas de lucros	5.030	-	5.030	5.030
Ajustes de avaliação patrimonial	(589)	-	(589)	33.324
Prejuízos acumulados	(226.321)	-	(226.321)	(92.070)
Total do Patrimônio Líquido e Passivo a Descoberto	(20.526)	-	(20.526)	150.061

Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

Ativo	31/12/14		01/01/14	
	Original	Ajustes	Reapresentado	Reapresentado
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	506.131	-	506.131	1.178.143

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (em milhares de Reais - R\$, exceto o Prejuízo do Exercício por Ação)

Operações Continuadas	31/12/14		01/01/14	
	Original	Ajustes	Reapresentado	Reapresentado
Receita Operacional Líquida	243.992	-	243.992	-
Custo dos Produtos Vendidos	(202.876)	646	(202.230)	-
Lucro Bruto	41.116	646	41.762	-
Receitas (Despesas) Operacionais	(31.785)	-	(31.785)	-
Lucro Operacional e antes do Resultado Financeiro	9.331	646	9.977	-
Resultado Financeiro	(40.118)	(646)	(40.764)	-
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(30.787)	-	(30.787)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
Diferidos	(39.359)	-	(39.359)	-
Prejuízo do Exercício proveniente das Operações Continuadas	(70.146)	-	(70.146)	-
Resultado das Operações Descontinuadas	(57.005)	-	(57.005)	-
Prejuízo do Exercício	(127.151)	-	(127.151)	-
Prejuízo do Exercício por Ação - R\$ Total	-	-	-	-
Básico e Diluído	(0,049)	-	(0,049)	-
Operações Continuadas - Básico e Diluído	(0,027)	-	(0,027)	-

Demonstração do Fluxo de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	2014		2014	
	Original	Ajustes	Reapresentado	Reapresentado
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(114.442)	35.083	(79.359)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10.187)	-	(10.187)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	92.256	(35.083)	57.173	-
Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	(32.371)	-	(32.371)	-

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e promissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente quanto exercícios futuros.

Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
196.168	197.095	393.263	171.872	172.490	344.362

Diferenças temporárias:

Provisão para perdas nos estoques	1.029	1.029	1.023	1.023
Provisão para perdas de recebíveis	2.342	2.342	47	47
Provisão para riscos e tributos com exigibilidade suspensa	15.809	13.782	23.007	20.980
Provisão para contas a pagar e outras provisões	18.541	18.541	20.524	20.524
Provisão para perdas com operações descontinuadas	-	-	74.200	74.200
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(64.178)	(64.178)	(31.750)	(31.750)
Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego	(8.413)	(8.413)	(9.292)	(9.292)
Outras	(630)	(630)	46	46
Total da base de cálculo	161.811	160.711	252.010	250.601
Alíquotas vigentes	25%	9%	25%	9%
	40.453	14.464	63.003	22.554
Provisão para não realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	(40.453)	(14.464)	(63.003)	(22.554)
Total	-	-	-	-

Para o encerramento de 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia, fundamentada no novo plano de negócio aprovado para o segmento "work" e na expectativa de não geração de lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários diferidos, provisionou integralmente esses créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A legislação fiscal permite que os prejuízos fiscais sejam compensados indefinidamente com lucros tributáveis futuros; entretanto, a legislação fiscal limita o uso dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social em cada ano a 30% da receita tributável.

Lei nº 12.973/14

A Lei nº 12.973, publicada em maio de 2014, trouxe alterações relevantes à legislação tributária que, entre outras, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT). Estas alterações impactam diretamente a determinação da base de cálculo do IRPJ e CSLL. A partir de 2015 a aplicação da norma é obrigatória e a Companhia aplicou os preceitos dessa Lei.

11. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos e as transações entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2015		2014	
	Contas a receber	Contas a pagar	Dividendos a receber	Dividendos a pagar
Santista Participações S.A.	-	4	-	-
Santista Jeanswear S.A. (a)	322	546	-	-
Tavex Argentina S.A.(c)	9.645	8.390	13.405	7.750
Tavex Chile S.A.	-	14	-	-
Icortex S.A. (b)	-	-	-	-
Settavex S.A.	-	-	-	-
Grupo Tavex S.A. (b)	191.846	194.682	137	137
Camargo Corrêa S.A.	3.817	4.050	-	-
	205.630	207.668	13.405	7.750
Parcela do circulante (c)	9.253	8.163	5.867	6.750
Parcela do não circulante	196.377	199.505	98.136	48.306

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de vendas

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia relativo ao trabalho de refinação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais ou a substituição dos produtos, a Administração concluiu que os principais riscos e benefícios foram transferidos e que seria apropriado o reconhecimento das receitas no exercício corrente.

b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica e reduz esse valor quando não for mais provável que haverá lucro tributável suficiente disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. A provisão é constituída para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essa provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 2.2.f).

e) Provisão para perdas nos estoques

Constituída considerando-se a análise realizada pela Administração para os estoques classificados como diferentes de primeira linha sobre as prováveis perdas de margem na venda e de giro lento.

f) Plano de previdência privada

O valor atual do plano de previdência privada depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, divulgadas na nota explicativa nº 21. A mudança em uma dessas estimativas pode afetar os resultados apresentados.

g) Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível

Os bens do imobilizado, do intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

h) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito nas notas explicativas nº 13 e nº 14, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa e bancos	1.859	1.661
Bancos em moeda estrangeira	6.879	212
	8.738	1.873

Aplicações financeiras:

	2015	2014
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	12.306	12.628
Operações financeiras lastreadas em debêntures	4.184	1.100
	16.490	13.728
	25.228	15.601

Os recursos financeiros disponíveis no Brasil são aplicados basicamente em aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações lastreadas em debêntures, com vencimentos atrelados em (CDI), (Certificado de depósito interbancário - CDI), com remuneração entre 99,0% a 101,5% do CDI, com garantia de resgate imediato e com risco insignificante de mudança em seu valor contábil.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reclassificou o montante de R\$14.857, da rubrica "caixa e equivalentes de caixa" para a rubrica "aplicações financeiras" para atender certas cláusulas contratuais de garantia de possíveis valores a pagar decorrente da alienação, de sua controlada Tavemex S.A., conforme nota explicativa 1.c), cuja transação foi concluída em abril de 2015.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09
Em 30 de junho de 2011, foi concluído o processo de consolidação dos débitos fiscais perante a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, totalizando o valor de R\$4.236, passando a Companhia, a partir dessa data, a recolher mensalmente as parcelas devidas do referido parcelamento. O valor total foi reclassificado para a rubrica "Parcelamento de tributos", sendo, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$170 (R\$158 em 31 de dezembro de 2014), no passivo circulante, classificado na rubrica "Outras obrigações" e R\$1.338 (R\$1.391 em 31 de dezembro de 2014), no passivo não circulante.

Parcelamentos de débitos tributários estaduais
Em 22 de janeiro de 2013, foi deferido o pedido de parcelamento de ICMS na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, totalizando o valor de R\$630. Também em 30 de agosto de 2013, a Companhia obteve o deferimento do Programa Especial de Parcelamento - PEP, perante a mesma Secretaria para os débitos inscritos em dívida ativa, totalizando R\$3.421, passando a Companhia, a partir dessa data, a recolher mensalmente as parcelas devidas do referido parcelamento. O valor total de R\$5.310, já desconsiderando o desconto de R\$1.259, foi reclassificado para a rubrica "Parcelamento de tributos", sendo, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$702 (R\$894 em 31 de dezembro de 2014), no passivo circulante, classificado na rubrica "Outras obrigações" e R\$1.140 (R\$1.842 em 31 de dezembro de 2014) no passivo não circulante.

Depósitos judiciais
Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 os saldos registrados no ativo não circulante estão assim representados:

	2015	2014
Processos trabalhistas	4.614	5.430
Processos cíveis	87	401
Processos tributários	3.628	3.373
Outros	67	67
	8.396	9.271

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social da Companhia, no montante de R\$172.786, estava representado por 882.911.454 ações ordinárias e 1.694.857.699 ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal.

A reconciliação das ações no início e no fim do exercício é como segue:

	Ordinárias	Preferenciais
Posição acionária em 31 de dezembro de 2013	955.846.956	1.834.872.567
Cisão parcial (nota explicativa nº 1.b)	(72.935.502)	(140.014.866)
Posição acionária em 31 de dezembro de 2014 e 2015	882.911.454	1.694.857.699

Em razão da cisão parcial concluída em 1º de março de 2014, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.b), o capital social da Companhia, no valor de R\$183.286, foi reduzido para R\$172.786, uma redução, portanto, no valor de R\$10.500, correspondente ao valor contábil do capital social cindido da Companhia, representado por 882.911.454 ações ordinárias e 1.694.857.699 ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia tem como principal acionista o Grupo Tavex S.A. ("Grupo Tavex"), sediada na Espanha, controlada do Grupo Camargo Corrêa.

b) Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, até que alcance 20% do capital social, de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades por Ações.

c) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2011, foi aprovada a proposta para pagamento de dividendos no montante de R\$2.578, referente ao lucro líquido auferido no exercício de 2010, dos quais R\$1.600 e R\$883 foram pagos no exercício de 2013 e 2015, respectivamente, remanesecendo um saldo de R\$95 a pagar.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$5.772, referentes ao lucro líquido auferido no exercício de 2011, os quais se encontram pendentes de pagamento.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de manter a capacidade de investimentos e a estratégia de crescimento.

a) Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	2015	2014
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	25.228	15.601
Aplicação financeira	14.857	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:		
Contas a receber de clientes	34.611	33.045
Contas a receber de partes relacionadas	9.253	8.163
Mútuos a receber de partes relacionadas	186.320	191.363
Partes relacionadas	10.057	8.142
Outras contas a receber	23.711	10.974
Passivos financeiros:		
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	5.179	7.122
Fornecedores - partes relacionadas	109	287
Empréstimos e financiamentos	305.833	349.620
Mútuos a pagar de partes relacionadas	158.340	94.717
Partes relacionadas	7.038	7.918

b) Considerações gerais

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos bancários e contratos de mútuo, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pelo acionista Camargo Correa S.A., controlador do Grupo Tavex.

Aplicações financeiras

A política de aplicações financeiras eleger as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados e define os limites a serem aplicados em cada uma delas, estando a Companhia dentro desses limites em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos e por importação de insumos, a Administração, seguindo diretrizes do acionista Camargo Correa S.A, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

c) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	2015	2014
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	21.736	212
Contas a receber de clientes, incluindo partes relacionadas	12.018	9.661
Mútuos com partes relacionadas	192.249	195.085
Total do ativo	226.003	204.958
Passivo:		
Contas a pagar a fornecedores	(522)	(522)
Empréstimos e financiamentos (valores sem efeito do swap)	(352.677)	(309.408)
Total do passivo	(353.199)	(309.930)
Exposição cambial líquida	(127.196)	(104.972)

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos a receber de clientes e partes relacionadas, de empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outros, denominados substancialmente em dólares norte-americanos.

d) Detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos, compostas como segue:

Descrição	Valor de referência (nacional)	Valor justo - R\$	Efeito acumulado até 31/12/15 a mercado. Valor a receber (pagar)
Contratos de "swap":			
Posição ativa:			
US\$ + 3,80% a.a.	R\$104.716	186.968	53.619
Liber + 1,30% a.a.	R\$287.158	302.992	6.530
VC + 5,13% a.a.	R\$30.000	34.107	2.196
		524.067	62.345
Posição passiva:			
113,65% do CDI	R\$104.716	133.348	-
98% do CDI	R\$287.158	296.462	-
128,0% do CDI	R\$30.000	31.912	-
		461.722	-

Contratos a termo de moeda NDF (*):

Posição comprada	US\$26.667 mil	106.579	1.833
		106.579	1.833
			64.178

Valor líquido a receber

(* Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía uma operações em aberto totalizando o valor nacional de US\$26.667 mil, equivalentes a R\$106.579.

Prazos de vencimento

"Swaps": R\$104.716 em fevereiro de 2016, R\$287.158 em abril de 2016 e R\$30.000 em agosto de 2016. NDF: R\$106.579 (US\$26.667 mil) em janeiro de 2016.

O saldo ativo de R\$64.178 refere-se ao ajuste líquido a receber calculado a valor de mercado em 31 de dezembro de 2015, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos", conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

e) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo riscos de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo acionista controlador Grupo Camargo Correa. A Tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

e.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, os quais envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude das contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de proteção cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

São considerados os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como os fluxos de caixa futuros.

ii) Risco de taxa de juros

Esse risco decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

e.2) Risco de crédito

Tal risco é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

A Companhia também está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

É considerado baixo o risco de não liquidação das operações que a Companhia mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas substancialmente em um prazo médio em torno de 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

e.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e o caixa e equivalentes de caixa.

f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos:

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	25.228	15.601
Aplicação financeira	14.857	-
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	(305.833)	(349.620)
Dívida líquida	(265.748)	(334.019)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	112.534	(20.526)
Índice de dívida líquida	2,36	(16,27)

g) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas de encerramento das demonstrações financeiras aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como não circulantes.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar a fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

h) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos - "swaps"

Considerando as operações de "swap" cujo risco passou a ser CDI:

	Perda
Cenário 1	Cenário 2
9,403	12,448

A Administração considera uma variação do índice aplicável de 25% e 50% para os cenários 1 e 2, respectivamente.

Considerando que a operação de "swap" de R\$104.716, atrelada ao dólar norte-americano possuía vencimentos em fevereiro de 2016, a Companhia entende não ser aplicável a análise de sensibilidade, uma vez que esta foi efetivamente liquidada, com taxa de R\$3,9412, gerando ganho líquido de R\$43.418, nas demonstrações financeiras do período subsequente.

Instrumentos financeiros derivativos - NDF

Considerando que a operação de "forward" atrelada ao dólar norte-americano possuía vencimentos em janeiro de 2016, a Companhia entende não ser aplicável a análise de sensibilidade, uma vez que esta foi efetivamente liquidada, com taxa de R\$4,0838, gerando ganho líquido de R\$4.155, nas demonstrações financeiras do período subsequente.

Risco de taxa de juros

Exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	2015
Total dos mútuos a pagar	158.340
Aplicações financeiras	(16.490)
Exposição líquida	141.850

Para a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos e dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao CDI, para a qual a Companhia está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas pelo CDI (nota explicativa nº 6), a Administração da Companhia entende que, considerando como baixo o risco de grandes variações no CDI em 2016, levando em conta o histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos, para a análise de sensibilidade para o risco de aumento nas taxas do CDI e da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, que afetariam as despesas financeiras da Companhia, deve ser considerado um aumento máximo de 25% na taxa do CDI (representando um incremento de aproximadamente 3,30 pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$14.098.

Risco cambial

Considerando as exposições cambiais descritas no quadro do item c) anterior, em 31 de dezembro de 2015 a análise de sensibilidade seria como segue:

	Ganho (Perda)	
Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
(31.799)	(63.598)	8.600

Considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2015 de R\$3,90/US\$1,00, o cenário 1 considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano (R\$4,88/US\$1,00) e o cenário 2, uma desvalorização de 50% (R\$5,86/US\$1,00).

A Administração considerou para análise de sensibilidade para o cenário 3 a taxa de câmbio da data de elaboração das demonstrações financeiras de R\$3,64/US\$1,00 por entender que as variações cambiais para o exercício incorrido foram relevantes.

i) Operações de Pré-Pagamentos de Exportação - PPE e adoção da prática contábil para provisão ("hedge accounting").

Para o encerramento do exercício de 2014, a Administração, com base no plano de negócio, revisou as exportações altamente prováveis previstas para suportar o "hedge accounting" e, com base no teste de efetividade do "hedge accounting", reverteu integralmente o montante de R\$19.982 (R\$13.188 líquidos dos impostos) registrado na rubrica "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, contra o resultado do exercício. Com isso, decidiu por revogar a adoção de tal prática a partir de janeiro de 2015.

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em 1º de janeiro de 2000, foi lançado o ALPAPREV - Sociedade de Previdência Complementar (anteriormente denominado SPASAPREV - Sociedade de Previdência Privada) para os empregados da Companhia.

É estruturado na modalidade "benefício definido", totalmente custeado por contribuições da patrocinadora. Em agosto de 2000, foi criado o plano "Super Prev", estruturado na modalidade "contribuição definida", para o qual já migraram funcionários equivalentes a 99% das reservas necessárias.

Os valores atuariais registrados na Companhia são:

	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial	(902)	(1.565)
Valor justo dos ativos do plano	2.390	2.172
Ativo (passivo) líquido total (*)	1.488	607

(*) Ativo registrado na rubrica "Outros créditos" no ativo não circulante e passivo registrado na rubrica "Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego" no passivo não circulante.

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para os exercícios de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	2015	2014
Taxa de desconto financeiro	12,56%	11,46%
Inflação de longo prazo	5,00%	5,00%
Tábua de mortalidade geral	AT2000 (-10)	AT2000 (-10)

A contribuição efetuada pela Companhia no plano de benefício definido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$545 (R\$589 em 31 de dezembro de 2014).

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receita bruta de vendas:		
Mercado interno	188.111	270.634
Mercado externo	34.608	26.144
Abatimentos e cancelamentos	(3.036)	(6.139)
Impostos incidentes sobre as vendas	(32.245)	(46.647)
	187.438	243.992

23. DESPESAS POR NATUREZA

	2015	2014
Materia-prima	66.167	94.525
Salários, encargos e benefícios	36.624	42.533
Energia e combustíveis	27.486	29.721
Outros	26.891	35.731
Custo dos produtos vendidos	157.168	202.230
Salários, encargos e benefícios	6.943	7.902
Propaganda e publicidade	3.169	4.738
Serviços de terceiros	11.405	11.246
Fretes	4.570	6.153
Outras	5.462	7.907
	31.549	37.946

Classificadas como:

||
||
||